

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Relator rejeita a quase totalidade das 336 emendas

Proposta paralela inclui paridade entre ativos e inativos



TRABALHO DUPLO Reunidos ontem, os senadores da Comissão de Justiça (foto à esquerda) tomaram conhecimento de dois pareceres de Tião Viana (foto à direita, com Edison Lobão) sobre as mudanças na Previdência

Página 3

Celebrados os cem anos do Tratado de Petrópolis

Acordo que incorporou o Acre ao Brasil é lembrado em sessão do Congresso.

Página 6

Orçamento impositivo gera debate em comissão

Proposta tem votação marcada, na Comissão de Justiça, para o dia 25.

Página 5

Governo editará MP para garantir recursos às Apaes

Página 4



NEGOCIAÇÃO Arns, Costa, Mercadante, Cristovam e Osmar se reúnem para discutir os termos da medida



História do Legislativo em edição especial

Em oito páginas que acompanham esta edição, é apresentada a trajetória do Parlamento, que se confunde com a história do país.

Agenda

Plenário celebra o Dia do Vereador

Na sessão de hoje, às 10h, durante a hora do expediente, será comemorado o Dia Nacional do Vereador. O Plenário também realiza a segunda sessão de discussão, em segundo turno, da proposta que prevê o início alternado, na Câmara e no Senado, da votação das medidas provisórias

(PEC nº 27/03). Será votado projeto que torna obrigatório o registro dos casos de desnutrição pela rede de saúde e o envio dos dados ao Ministério da Saúde e às secretarias estaduais e municipais de Saúde, de forma a subsidiar políticas para o setor (PLC nº 16/02).

Sarney participa de homenagens e recebe parlamentares

O presidente do Senado, José Sarney, participa hoje, às 10h, da sessão em homenagem ao Dia Nacional do Vereador. Às 11h, recebe a bancada do

Partido Verde na Câmara e, às 11h30, o presidente nacional do Partido Progressista (PP), deputado Pedro Corrêa, acompanhado do presidente

da legenda no Maranhão, deputado Antônio Joaquim. Às 14h30, Sarney participa da sessão solene pelos 180 anos do Parlamento brasileiro.

Sessão solene comemora 180 anos do Legislativo

Será realizada hoje, às 14h30, sessão solene do Congresso Nacional, no Plenário da Câmara dos Deputados, em comemoração aos 180 anos do Poder Legislativo brasileiro. A seguir, haverá cerimônia de entrega de medalhas e diplomas às 26 assembleias legislativas, à Câmara Distrital do DF, e à Câmara mais antiga do país, além do lançamento de selo comemorativo.



CPI dos Transgênicos faz reunião

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Transgênicos realiza, às 8h30, sua primeira reunião administrativa, a fim de definir o calendário de funcionamento. A comissão, instalada na terça-feira, é presidida pelo senador João Capiberibe (PSB-AP), autor do requerimento pedindo a criação da CPI.

Comissão examina nome para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) reúne-se, às 10h, para votação das emendas ao Orçamento de 2004 e ao Plano Plurianual 2004-2007. Também serão votadas mensagens submetendo à apreciação do Senado o nome de Carlos Augusto Rego Santos Neves para exercer, além do cargo de embaixador do Brasil junto à Rússia, o mesmo posto junto às Repúblicas da Geórgia e da Belarus.



Plebiscito sobre a Alca

A Comissão Conjunta do Mercosul vota hoje, às 9h, projeto de autoria do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que convoca plebiscito sobre a suspensão, pelo prazo de 20 anos, das negociações para o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) (PDL nº 71/01).

Emendas ao Orçamento

Na reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), a realizar-se hoje às 11h, e da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 10h, serão votadas emendas dos parlamentares ao Orçamento da União para 2004 e ao Plano Plurianual (PPA). A CAS analisa ainda projetos que constavam na pauta da reunião de ontem.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Senado aprova anistia para os petroleiros

O Senado aprovou, em regime de urgência, o projeto de lei da Câmara que concede anistia a dirigentes sindicais e trabalhadores da Petrobras punidos por participação em greves realizadas entre setembro de 1994 e setembro de 1996. Com relatório favorável do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a matéria teve o apoio em Plenário de todos os líderes partidários, tendo sido aprovada, pela manhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto (PLC nº 77/03) segue para sanção do presidente da República.



LEGALIDADE Relator do projeto, Suplicy afirma que punições feriam direito constitucional

Em seu parecer, Suplicy explica que a Justiça atribuiu caráter político à greve realizada pelos petroleiros, que foram punidos pelo governo com multa diária e demissões.

– A aprovação da proposta significa o reconhecimento, pelo Congresso, de que as punições ocorreram de forma ilegal do ponto de vista do Direito do Trabalho – disse Suplicy, lembrando que a Constituição assegura o direito de greve.

Os senadores Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) saudaram a aprovação da matéria. Antonio Carlos salientou que, apesar de votar pela aprovação, considerou correta a punição aos petroleiros na ocasião da greve. Já Tebet pediu a reintegração dos grevistas demitidos.

Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Heloísa Helena (PT-AL) divulgaram manifesto distribuído pelo Comitê Nacional dos Punidos Políticos da Petrobras, cobrando a inclusão, na anistia, de outros 530 petroleiros nordestinos, também pu-

nidos por participarem da greve. Virgílio, apesar de apoiar a anistia, classificou de “equivocado” o movimento grevista.

Heloísa Helena mencionou projeto do então senador José Eduardo Dutra, atual presidente da Petrobras, que concede anistia ampla aos petroleiros. Já aprovada pelo Senado, a matéria tramita na Câmara. A senadora conversou com o autor do projeto da Câmara, o deputado Luciano Zica (PT-SP), sobre a anistia aos petroleiros nordestinos. Segundo ela, não foram apresentadas emendas para não prejudicar os que já estão incluídos no texto.

Privatização

Pela liderança do governo, Ideli Salvatti (PT-SC) disse que o pleito é questão de justiça. Para ela, a greve de 1995 foi em “defesa do patrimônio nacional”, já que, na ocasião, falava-se em privatizar a Petrobras.

O senador José Agripino (PFL-RN) afirmou que, entre os grevistas punidos, estão 16 trabalhadores do Rio Grande do Norte, não incluídos no projeto da Câmara. Ele também pediu a aprovação da proposta de José Eduardo Dutra.

Plenário discute mudanças no exame de MP

A proposta de emenda à Constituição que estabelece a alternância entre Câmara e Senado no início da tramitação de medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo teve ontem o primeiro dia de discussão em Plenário (PEC nº 27/03). Já matéria que cria as procuradorias do Tribunal de Contas da União, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados (PEC nº 39/01), retornou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para exame das emendas.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

PREVIDÊNCIA Relatórios apresentados por Tião Viana à Comissão de Justiça rejeitam a quase totalidade das emendas oferecidas em Plenário ao texto já aprovado pela Câmara e à proposta paralela

Governo aceita paridade a aposentados



RESPEITO Governadores e senadores do partido podem ter opiniões diferentes, diz Alvaro

Alvaro nega apoio do PSDB à reforma

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) negou que o PSDB tenha decidido apoiar a proposta de reforma da Previdência do governo. Ele contestou matéria publicada na edição de ontem do jornal *Folha de S. Paulo*, intitulada "PSDB decide apoiar a emenda da Previdência". O texto publicado no jornal informa que os oito governadores e os 11 senadores do partido teriam definido seu apoio à reforma durante um almoço em Brasília.

– Há um equívoco nessa informação. Não é esta a decisão do partido. Realizamos uma reunião com os governadores, e é evidente que eles podem defender posições eventualmente diferentes das defendidas pelos senadores do PSDB. Mas a nossa relação é ética e de companheirismo. Os governadores respeitam as posições dos senadores nesta Casa e nós retribuimos com o mesmo respeito ao trabalho que eles realizam – afirmou.

Alvaro Dias disse que em nenhum momento os senadores do PSDB foram pressionados a modificar suas convicções e estão livres para exercer seus mandatos sem coação.

■ Emenda garante a funcionário público inativo mesmos reajustes dados ao servidor em atividade

O governo aceitou uma mudança, na proposta de emenda constitucional paralela à reforma da Previdência, que vai beneficiar os atuais servidores públicos federais, estaduais e municipais quando eles se aposentarem. Eles terão na aposentadoria direito aos mesmos reajustes que forem dados aos servidores da ativa (paridade salarial), inclusive aqueles derivados de mudanças em planos de carreira. No entanto, será exigido que o servidor tenha no mínimo 25 anos de serviço público, sendo 15 na carreira – cinco anos a mais que o exigido pelo texto da proposta de reforma já aprovado pelos deputados.

A proposta de reforma da Previdência (PEC nº 67/03) e a chamada emenda paralela (PEC nº 77/03), contendo as mudanças já aceitas pelo governo, tramitam simultaneamente. Para entrar em vigor, a emenda paralela terá ainda de ser votada pelos deputados, depois de aprovada pelos senadores. Por sua vez, a reforma da Previdência, já votada pelos deputados, será promulgada se aprovada sem mudanças pelos senadores. A emenda que garante a paridade para atuais servidores foi aceita pelo relator da reforma da Previdência e da emenda paralela, senador Tião Viana (PT-AC).

Pareceres

Reunida ontem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) tomou conhecimento dos dois pareceres sobre as emendas oferecidas pelos senadores em Plenário. O relator Tião Viana rejeita a quase



VISTA Edison Lobão (E) – ao lado de Tião Viana –, concedeu prazo para que senadores examinem melhor as duas proposições

totalidade das 336 emendas à proposta de reforma da Previdência. Baseado no Regimento Interno da Casa, o senador admite parte das emendas, para aproveitá-las na proposta paralela. Praticamente tudo que ele aceita já está no texto da emenda paralela, exceto a garantia da paridade para os atuais servidores.

Já o parecer do Tião Viana sobre as emendas de Plenário à proposta paralela rejeita 38 sugestões, aceitando apenas uma, sobre a paridade para atuais servidores, quando se aposentarem. A emenda foi apresentada pelos senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Paulo Paim (PT-RS). A ausência dessa paridade é um dos pontos que mais vêm provocando insatisfação no funcionalismo. Conforme discursos de senadores e depoimentos de sindicalistas, sem a paridade os proventos dos futuros aposentados serão reduzidos rapidamente, corroídos pela inflação.

Pedido de vista

Assim que os dois pareceres do Tião Viana foram apresentados, o presidente da Comissão de Justiça, senador Edison Lobão (PFL-MA), concedeu vista das matérias para que os se-

nadores examinem detalhadamente seu conteúdo, a pedido do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Na prática, a CCJ só voltará a debater o assunto na próxima semana, quando serão votados os pareceres e as emendas que os senadores destacarem (votação de emenda de forma separada).

Oposição

A emenda paralela não tem o apoio dos partidos de oposição (PFL e PSDB) e do PDT, que já tentaram derrubá-la em Plenário, apresentando requerimento para que ela fosse anexada ao texto original da reforma da Previdência. Os governistas ganharam a disputa e as duas emendas constitucionais têm tramitado ao mesmo tempo na CCJ – a reforma original está com alguns dias à frente da paralela.

Os senadores oposicionistas argumentam que nada garante que a proposta paralela será votada pelos deputados. Os governistas sustentam que não se pode "fatiar" uma emenda constitucional, promulgando uma parte do texto já votado pelos deputados e remetendo a outra, que recebeu modificações no Senado, ao exame da Câmara dos Deputados.

Paim explica posição sobre a proposta

A bancada do PT no Senado reuniu-se na manhã de ontem com o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e com o presidente do partido, José Genoino, discutindo a posição a ser adotada na reforma da Previdência. O senador Paulo Paim (PT-RS) disse ter recebido do ministro apelo para votar favoravelmente não somente à proposta da Previdência, mas também para acompanhar o governo nas votações das emendas destacadas pelas oposições.

– Há certos momentos na vida em que nós, ou ficamos com nossa história, ou seguimos novos caminhos. Eu, particularmente, prefiro ficar com minha história – disse Paim. Ele reafirmou, em entrevista, que se for submetido ao conselho de ética do PT por votar contra a reforma da Previdência, sairá do partido antes que isso venha a acontecer.

Paim encaminhou ontem à Mesa documento que enviou ao partido explicando sua opinião sobre a reforma. Ele esclarece que não é contra a proposta, mas se preocupa com alguns pontos, como a redação dada à paridade, na Câmara.



DETERMINAÇÃO Paulo Paim diz que, na votação da proposta, prefere ficar com a sua história



Comissão vai ouvir Berzoini sobre fraudes em contribuições

O ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, vai comparecer à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em data a ser marcada, para prestar esclarecimentos sobre a estratégia utilizada pelo governo para

coibir fraudes no sistema previdenciário. A decisão foi tomada ontem pela comissão, ao aprovar requerimento da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente do colegiado.

Ideli Salvatti (PT-SC) conside-

rou superado o episódio envolvendo aposentados com mais de 90 anos, já que o ministro admitiu o erro e pediu desculpas. Os senadores Almeida Lima (PDT-SE), Flávio Arns (PT-PR), Eduardo Azeredo (PSDB-

MG), Reginaldo Duarte (PSDB-CE) e Sérgio Cabral (PMDB-RJ) aplaudiram a aprovação do requerimento e destacaram que a audiência também servirá para que Berzoini detalhe as propostas para melhorar a Previdência.

Lula deve explicações, diz Almeida Lima

Mais do que explicações sobre equívocos e mal-entendidos, o senador Almeida Lima (PDT-SE) considerou fundamental conhecer “com profundidade” o perfil e as aspirações do governo Luiz Inácio Lula da Silva. A afirmação partiu de análise sobre o veto presidencial ao projeto de lei que destinava R\$ 8,7 milhões de recursos do Fundef a portadores de deficiência; a decisão da Previdência Social de suspender, para recadastramento, o pagamento de benefícios a aposentados com mais de 90 anos; e a declaração “segregacionista e discriminatória” do secretário de Segurança Alimentar, José Graziano, contra os nordestinos.



Almeida Lima apontou equívocos do governo Lula

– Não se trata de um caso isolado. Esses fatos têm se constituído regra no atual governo. Para o senador, causaram maior indignação os argumentos do presidente Lula para rejeitar a proposta que beneficia alunos das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes). Almeida Lima considerou “um absurdo” deixar de ajudar esses brasileiros, com o argumento de que o projeto contrariava o interesse público. Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (PFL-RN), Demostenes Torres (PFL-GO) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) reforçaram as críticas de Almeida Lima feitas ao governo petista.

Governo editará MP para beneficiar aluno deficiente

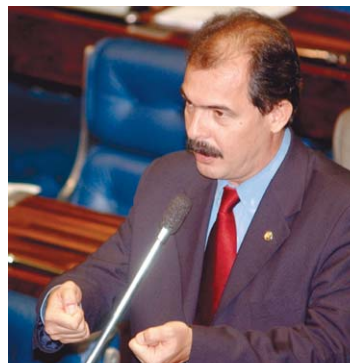
■ Mercadante anuncia medida para corrigir o veto presidencial a projeto que garantia verba de R\$ 8 milhões

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou que o governo editará em uma semana medida provisória (MP) destinada a garantir para as crianças deficientes que estudam em entidades de assistência social, como as Associações de Pais e Amigos de Excepcionais (Apaes), os mesmos recursos que têm as crianças deficientes atendidas pela rede pública. A medida provisória também vai assegurar crédito via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para empresas que contratarem deficientes físicos. Mercadante disse que a MP visa corrigir o veto presidencial ao projeto de lei que garan-



ENTENDIMENTO Decisão de editar medida foi tomada em reunião de que participaram Aloizio Mercadante e Flávio Arns

tia recursos de R\$ 8 milhões do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), para atendimento de crianças com necessidades especiais pelo ensino fundamental. A decisão de editar a MP foi tomada em reunião entre Mercadante, o ministro da Educação, Cristovam Buarque, e Osmar Dias (PDT-PR), presidente da Comissão de Educação, Hélio Costa (PMDB-



MG) e Flávio Arns (PT-PR), presidente da Subcomissão para Portadores de Necessidades Especiais. Arns afirmou que é constitucional a lei aprovada pelo Congresso. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) destacou que a oposição cumpriu sua missão de fiscalizar o Executivo. Já Hélio Costa, relator do projeto, disse que ele e Flávio Arns haviam sido alertados de que o projeto tinha vícios legislativos.

José Jorge pede mais atenção da base do governo

O senador José Jorge (PFL-PE) disse ontem que o episódio do veto presidencial ao projeto de lei que garantia recursos do Fundef para atendimento de crianças com necessidades especiais é um alerta para que a base do governo analise com mais atenção os projetos e, assim, evite vetos posteriores. Ele esclareceu que embora tenha apresentado voto em separado, na Comissão de Educação, não concordava com o veto.

José Jorge frisou que seu voto em separado modificava a matéria “mais no sentido operacional”, com o objetivo de tornar o projeto mais claro e mostrar que era constitucional. Ele lembrou que o artigo do Ato das Disposições



José Jorge apresentou voto em separado

Constitucionais Transitórias que criou o Fundef não estabelece que os recursos do fundo devem ir para o ensino público, mas para o ensino fundamental, sem especificar se público ou privado. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, também consta que instituições como a Apaes podem usar esses recursos, afirmou. Ele explicou outras duas modificações que propôs: uma para clarear as diferenças entre o ensino especial e o regular, destacando que o primeiro é mais caro, e, portanto, deveria receber os recursos; e outra deixando claro que os recursos iriam diretamente do Fundef para a conta das escolas.

Osmar aponta responsabilidade da comissão

A responsabilidade pela aprovação na íntegra do projeto de lei que garantia recursos do Fundef a instituições que atendiam crianças com necessidades especiais, mesmo considerando imperfeições na matéria, foi da Comissão de Educação, disse ontem o senador Osmar Dias, frisando que falava como presidente do colegiado. A decisão foi tomada, observou, para evitar que a matéria voltasse à Câmara dos Deputados.

O senador ressaltou que, com isso, não estava retirando a res-



PONDERAÇÃO Para Osmar Dias, “não se pode acusar Lula de haver cometido um crime”

ponsabilidade do governo pelo veto, nem dos ministérios, que deram pareceres contrários ao

projeto, principalmente pelos argumentos utilizados.

– São argumentos ridículos, pois afirmam que R\$ 8 milhões poderiam acarretar o desequilíbrio fiscal da União. Isso é inaceitável – lamentou Osmar Dias.

O senador frisou, no entanto, “que não se pode acusar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de ter cometido um crime”.

Osmar Dias considera normal o veto a um projeto que tivesse a apresentação de quatro pareceres jurídicos contrários.

César Borges: norma do Incra é “armadilha” ao cacauicultor

O senador César Borges (PFL-BA) chamou de “armadilha” para os produtores de cacau na Bahia a Instrução Normativa nº 11, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que estabeleceu em 700 quilos o índice de rendimento por hectare para o produto em caroço, equivalente a 46,66 arrobas por ano. Com a crise atual, disse, o índice significa que qualquer fazenda de cacau no país poderá ser classificada como improdutiva e sujeita a desapropriação, pois nenhuma produz nesses níveis.



– Para a Bahia, onde a praga da vassoura-de-bruxa grassa sobre as áreas ainda não recuperadas pelo programa de recuperação da lavoura, a instrução é um erro, que precisa ser corrigido – cobrou o senador.

Tourinho critica mudança de nome do Luz no Campo

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) questionou a alteração do nome do programa Luz no Campo, lançado em 1999 pelo governo anterior, para Luz para Todos, como anunciou o presidente Lula. Segundo o senador, o boletim *Em Questão*, da Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República, resalta que o programa Luz para Todos será iniciado em todos os estados até o final do ano. “É inacreditável que se fale em projetos pioneiros, quando já existe um programa com o sucesso do Luz no Campo, o maior programa de eletrificação rural já realizado no Brasil.”



Papaléo quer papel de maior destaque para o Brasil na ONU

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) defendeu a inclusão do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro permanente.

– O Brasil precisa ter um papel de maior destaque na ONU pela sua importância inquestionável no planeta e por ter um povo pacífico. Nossa diplomacia tem uma longa tradição de defesa de soluções pacíficas e negociadas, das normas de direito internacional e da soberania dos Estados.

O país foi eleito novamente, por 177 votos, para mandato de dois anos no Conselho de Segurança, e ocupará um dos dez postos rotativos, lembrou o senador. Ao todo, o Conselho de Segurança é formado por 15 países – dez em postos rotativos e cinco permanentes.



FERNANDO BEZERRA



O orçamento não pode continuar como está, mas as expectativas de receitas e de despesas muita vezes não se concretizam

TASSO JEREISSATI



A alteração da confecção do orçamento talvez seja a medida mais moralizadora que o Congresso poderia tomar

RODOLPHO TOURINHO



Somente com um orçamento impositivo será possível garantir a regionalização dos investimentos públicos

ALVARO DIAS



O orçamento hoje é peça de ficção que desorienta o governo, em vez de se firmar como peça fundamental da administração pública

JEFFERSON PÉRES



O orçamento autorizativo é fonte imensa de corrupção e de abastardamento do Congresso Nacional

JOÃO CAPIBERIBE



Sou favorável ao orçamento impositivo por ajudar a reduzir a corrupção e a planejar com racionalidade o país

TIÃO VIANA



O orçamento impositivo deve ser implantado progressivamente, e ainda no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva

RENAN CALHEIROS



Não acredito em governo que não utiliza as boas idéias da oposição. Vamos avançar de maneira progressiva

PEDRO SIMON



O orçamento impositivo é matéria complexa, mas não pode ser parte do embate entre o governo e a oposição

JORGE BORNHAUSEN



Abdicar dessa PEC, que é um grande avanço, será um prejuízo para o país no futuro. Não podemos nos perder e deixar de votá-la

ANA JÚLIA



A proposta não interessa apenas ao governo, mas a todo o país, que está cansado de não ver recursos públicos chegarem ao destino

CCJ votará proposta de orçamento impositivo

Comissão de Constituição e Justiça decidiu examinar a emenda constitucional no dia 25 deste mês

Após três horas de discussão, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu submeter a votação, na reunião do dia 25, o relatório do senador César Borges (PFL-BA) favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC nº 22/00) do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e outras três que tornam impositivo o

Orçamento da União aprovado pelo Congresso.

Audiência

Com o compromisso, ratificado pelo presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), a comissão aprovou requerimento dos senadores Fernando Bezerra (PTB-RN) e Serys Slhessarenko (PT-MT) solicitando a realização de audiência sobre o assunto com os secretários do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, da Receita Federal, Jorge Rachid, e do Orçamento Federal, João Bernardo Bringel. A audiência deve ser realizada na próxima semana.

Os 19 senadores que se manifestaram sobre o requeri-

mento reconheceram a importância de o Congresso discutir a matéria e aprovar medidas que permitam que o orçamento ajude efetivamente o planejamento nacional e evite a corrupção na destinação das verbas públicas.

Vários senadores, especialmente de partidos ligados ao governo, ponderaram sobre a necessidade de aperfeiçoar a matéria, tendo em vista que o engessamento do orçamento pode ser temerário. Alguns parlamentares disseram que, da maneira como está, a elaboração do orçamento, sem execução, desmoraliza o Congresso Nacional.

Comissões definem as emendas ao projeto orçamentário e ao PPA

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) definiu as emendas que apresentará à proposta orçamentária de 2004 e ao projeto do Plano Plurianual (PPA) referente aos anos de 2004 a 2007. Ao todo, são R\$ 1,212 bilhão, dos quais R\$ 618,187 milhões referem-se ao orçamento. Foram mantidas, conforme parecer do senador Fernando Bezerra (PTB-RN), as prioridades aos pleitos dos tribunais federais. A CCJ deu ainda preferência às emendas para o combate da criminalidade e o atendimento a crianças e adolescentes.

CFC

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) também aprovou cinco emendas ao orça-

mento. Uma delas solicita R\$ 100 milhões para o Tribunal de Contas da União (TCU). Para a Agência Espacial Brasileira, a CFC quer R\$ 170 milhões.

No reaparelhamento da Polícia Federal, devem ser garantidos R\$ 150 milhões. E há uma destinando R\$ 50 milhões para instalação do Ministério Público Federal nas 137 novas varas federais. Outra, garante R\$ 105,7 milhões ao Ministério das Relações Exteriores.

Educação

A Comissão de Educação (CE) definiu suas emendas. Foram destinados R\$ 40 milhões para a área de cultura, R\$ 130 milhões para ciência e tecnologia e cerca de R\$ 600 milhões para educação.

Ao projeto de orçamento, a comissão apresentará uma emenda na área de ciência e tecnologia, uma na área de cultura e três na de educação. Para o PPA serão oferecidas três emendas para educação e duas para ciência e tecnologia.

CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou relatório de Ney Suassuna (PMDB-PB) sobre as emendas. Foram aprovados R\$ 700 milhões para turismo, infra-estrutura, agricultura familiar e para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). As emendas de praticamente todos os senadores foram incluídas, disse Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente da CAE.

EDUARDO SUPLICY



O PT está comprometido com aprovação da PEC, desde que sejam feitos aperfeiçoamentos necessários para sua melhor implantação

JOSÉ AGRIPINO



A decisão é política, não é técnica. Os congressistas têm condições de alterar o processo de elaboração orçamentária

AMIR LANDO



O grande problema em questão é a transição do processo. É preciso mais debate sobre o tema

JOSÉ JORGE



A proposta tem um longo caminho a percorrer e não há por que adiar a votação na Comissão de Justiça

HELOÍSA HELENA



A proposta pode acabar com a promiscuidade entre os Poderes Executivo e o Legislativo, mantida à base de bajulação

ALOIZIO MERCADANTE



Não pode ser feita uma passagem abrupta. Um orçamento somente impositivo não funciona, porque na sua elaboração não há controle sobre diversas variáveis, como o comportamento da dívida pública, do crescimento, da inflação, das taxas de câmbio e dos juros

MAGUITO VILELA



A proposta deve prever regras para que os estados e os municípios também adotem o orçamento impositivo

CONGRESSO Acordo assinado entre os governos brasileiro e boliviano garantiu incorporação do antigo território do Acre ao Brasil. Para o presidente do Senado, tratado veio consolidar a política externa do país

Centenário do Tratado de Petrópolis

O Congresso Nacional comemorou ontem, em sessão solene, os cem anos da assinatura do Tratado de Petrópolis, acordo firmado com a Bolívia em 17 de novembro de 1903 que oficializou a incorporação do Acre ao Brasil. O presidente do Senado, José Sarney, e o 1º secretário, senador Romeu Tuma (PFL-SP), dirigiram a solenidade, que também contou com a presença do governador Jorge

Viana e dos ex-senadores pelo Acre Jorge Kalume, Nabor Júnior e Aloísio Bezerra. A sessão foi proposta pelos três senadores do estado – Geraldo Mesquita Júnior, Sibá Machado e Tião Viana. Mesquita Júnior, Sibá Machado e Fátima Cleide (PT-RO), além do governador Jorge Viana e três deputados acreanos, destacaram a luta dos habitantes do antigo território e o

esforço diplomático do Barão do Rio Branco, que culminaram com a conquista do Acre. Para José Sarney, o Tratado de Petrópolis consolidou a política externa brasileira. Ao afirmar que "Acre e Brasil comemoram-se mutuamente neste dia", Sarney mencionou o orgulho do país em ter o Acre como estado. Ao final da sessão de homenagem, foi executado o Hino do Acre.

MESQUITA JÚNIOR

História marcada pela audácia e ambição

Para o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), o estado do Acre é resultado de uma epopéia encenada pelo povo acreano e pelo Barão do Rio Branco. O parlamentar fez relato dos principais episódios da formação do antigo território e elogiou a coragem e determinação dos que participaram da Revolução Acreana. Mesquita Júnior disse que a população do estado tem orgulho de ostentar o nome de Rio Branco na denominação de sua capital, por ser o diplomata reconhecido como um dos heróis da "odisséia" de criação do Acre.



Fotos: Waldemir Rodrigues

– A história do Acre foi traçada a golpes de audácia, estimulada pela ambição dos homens, talhada pela coragem dos nordestinos, impulsionada pela ousadia com que se escreve a história, conquistada pelo atrevimento dos heróis, sustentada pelo talento, a obstinação e a têmpera dos que dela nunca desistiram e dos que nela sempre acreditaram – ressaltou Mesquita Júnior, ao destacar os acontecimentos que antecederam o tratado.



FÁTIMA CLEIDE

no no final do século 19, por motivos econômicos, causou comoção na opinião pública nacional, que se preocupava com a sorte dos brasileiros distantes dos centros de decisão.

Fátima Cleide disse que a solução encontrada pelo Barão do Rio Branco foi "pragmática e realista" e livrou o país de riscos maiores, já que a Bolívia havia arrendado ao governo dos Estados Unidos o território em disputa com o Brasil.

A senadora observou que um dos itens do Tratado de Petrópolis previa a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que se estende ao longo de 366 quilômetros, e "vem sendo dilapidada".

Ela dirigiu apelo ao governo federal para que determine o tombamento da ferrovia.

Solução foi pragmática e realista

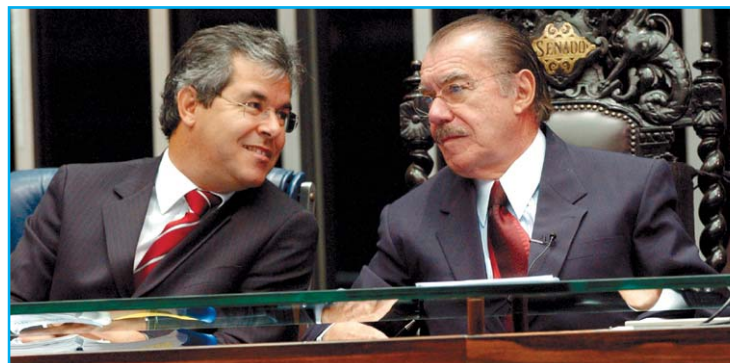
A maior motivação do Brasil na luta para adquirir o Acre, destacou a senadora Fátima Cleide (PT-RO), referindo-se a frase do Barão do Rio Branco, foi o fato de sua população ser brasileira. Ela lembrou que a disputa entre os brasileiros lá residentes e o Exército boliviano

SIBÁ MACHADO

Participação de acreanos, índios e nordestinos

O senador Sibá Machado (PT-AC) narrou, em seu pronunciamento, vários aspectos da história de seu estado, ressaltando a fase de formação dos seringais, da extração da borracha e da intensa exportação do produto que imprimiu desenvolvimento econômico à região. Ele exaltou a participação do povo do Acre, formado por índios, nordestinos, ribeirinhos e também por pessoas oriundas da Bolívia e do Peru, na história do estado.

Sibá Machado leu trecho de carta encaminhada pela ministra do Meio Ambiente e senadora licenciada Marina Silva (PT-AC), destacando a contribuição do Acre e da Amazônia para o país. O senador disse que estava falando em nome do líder do PT, senador Tião Viana (AC), que participava, no momento da sessão solene do Congresso, de debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre emendas apresentadas à proposta de reforma da Previdência. Tião Viana é o relator da matéria.



HOMENAGEM Sarney (D) – tendo ao lado Jorge Viana – presidiu a sessão solene em que foi exaltado o feito diplomático brasileiro

Jorge Viana afirma que luta pelo território sensibilizou o Brasil

O governador do Acre, Jorge Viana, manifestou seu contentamento e emoção em participar da homenagem do Congresso à conquista do Acre. A história do estado e de seu povo, disse ele, é singular e tem afinidade muito grande com a bravura do povo brasileiro.

Jorge Viana lembrou a saga de criação do Acre e afirmou que o nascimento do estado está ligado ao sentimento de liberdade dos cidadãos que para lá se deslocaram ou lá decidi-

ram se fixar em busca de novas oportunidades.

– Esses não queriam mais do que ser reconhecidos pela pátria que os havia abandonado – assinalou o governador.

Ao enumerar etapas anteriores ao Tratado de Petrópolis, ele disse que a determinação dos habitantes do território e dos líderes da Revolução Acreana, como o gaúcho Plácido de Castro, sensibilizou a população brasileira e a opinião pública de outras nações.

Para José Sarney, acordo ditou os rumos da política externa nacional

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que o Tratado de Petrópolis foi fundamental para a diplomacia do país. Ele ressaltou a atuação do Barão do Rio Branco, que comandou a negociação, e disse que o acordo ditou os rumos futuros da política externa do país.

A luta pelo Acre, explicou, teve origens econômicas, ligadas à navegação, e "em sonhos e fantasias de internacionalização da Amazônia" por outros países. Ele destacou que Equador, Peru e Bolívia desejava-

vam livre acesso aos rios brasileiros.

Mas, salientou José Sarney, o território almejado foi ocupado por brasileiros, e quando a Bolívia reivindicou aquela área, encontrou a resistência do povo ali sediado.

Na opinião do presidente do Senado, a data do tratado deve ser comemorada mutuamente pelo Brasil e pelo Acre, já que a população do antigo território voltou à pátria e também porque estabeleceu a política externa brasileira.



ACERTO O governo mudou o comportamento em relação ao estado, segundo Ana Júlia

Ana Júlia ressalta ações em favor do Pará

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) registrou recentes ações do governo em benefício do Pará. Conforme disse, houve mudança de comportamento da área federal em relação ao estado.

No último fim de semana, relatou, os ministros dos Transportes, Anderson Adauto, e da Justiça, Marcio Thomaz Bastos, visitaram o Pará. O primeiro assinou convênios para a realização de obras, como a conclusão das eclusas da hidrelétrica de Tucuruí, o asfaltamento da rodovia Santarém-Cuiabá até a Transamazônica e a recuperação e pavimentação da BR-316 e da BR-010. Também serão realizadas obras em vias urbanas de Belém, afirmou.

O ministro da Justiça, que em outubro havia liberado R\$ 11,4 milhões do Fundo Nacional de Segurança Pública, foi ao Pará para dar início a programa de combate à violência gerada por conflitos de posse, principalmente na Terra do Meio. A área, de 8 milhões de hectares, está localizada entre os municípios de São Félix do Xingu e Altamira. Ali são frequentes a grilagem e a extração ilegal de madeiras nobres.

Eduardo quer mudança na atuação do BNDES

■ Para o parlamentar, banco estatal precisa financiar obras de infra-estrutura no país, e não no exterior

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) defendeu a utilização pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do modelo de participação público-privada na construção e gestão de setores estruturais públicos. O modelo, destacou, foi aplicado com sucesso pelo Tocantins na construção da Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e em obras de saneamento. Ele afirmou que 50 países recorrem a modelos de parcerias como o do seu estado.

Para o parlamentar, o gover-



DESENVOLVIMENTO Eduardo defende parceria entre os setores público e privado

no precisa adotar uma "visão estratégica" em relação aos investimentos do BNDES. Na sua opinião, o banco não deveria financiar outros países, mas sim as obras de infra-estrutura de

Fotos: Roosevelt Pinheiro

que o Brasil necessita.

– O que aconteceria se estivéssemos experimentando um crescimento de 8,5%, como o da China? Estaríamos prontos para isso? Nossa mão-de-obra estaria preparada? Teríamos mão-de-obra suficiente para atender a demanda? Temos dois terços da população vivendo em um terço do território – alertou, chamando atenção para a importância dos investimentos em infra-estrutura e para o combate às desigualdades regionais.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) se disse emocionado com a lembrança da homenagem que o governo do Tocantins prestou ao seu filho. E o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) assinalou que Palmas é um exemplo para qualquer cidade.



VERBAS Mozarildo espera informações sobre recursos repassados a ONGs em Roraima

Governo atrasa envio de dados, diz Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) protestou ontem contra o atraso no envio de informações, pelo Ministério da Saúde, sobre o repasse de recursos públicos para três organizações que prestam assistência médica a comunidades indígenas em Roraima. A solicitação foi feita em requerimento, apresentado em Plenário no dia 20 de agosto e até agora não respondido pelo ministro Humberto Costa, disse.

As três entidades inseridas no requerimento de Mozarildo são a Diocese de Roraima, Conselho Indígena de Roraima (CIR) e Urihi – Saúde Yanomami, que teriam recebido do governo federal, entre 2002 e 2003, mais de R\$ 26,4 milhões, afirmou. Com base em reportagem do jornal *Folha de Boa Vista*, o senador observou que esse montante ultrapassou o volume de verbas da União destinadas ao estado, R\$ 13,8 milhões, e à Prefeitura de Boa Vista, R\$ 6,2 milhões, no período.

– É muito dinheiro público colocado nas mãos de ONGs para tratar da saúde dos índios, que só representam 7% da população de Roraima – avaliou o senador.

Juvêncio critica a ministra Marina Silva por declaração sobre Programa Pantanal

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) criticou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, por ter considerado "faraônico" o Programa Pantanal, durante visita a Mato Grosso do Sul. Criado há dez anos para levar infra-estrutura a 29 municípios e fomentar projetos de inclusão social das populações indígenas e ribeirinhas da Bacia do Alto Paraguai, o programa prevê investimentos de US\$ 400 milhões, que a ministra Marina quer reduzir para US\$ 120 milhões.

– Se a ministra deu-se ao trabalho de se deslocar de Brasí-



NATUREZA Segundo Juvêncio, o programa combaterá a degradação ambiental da região

lia a Mato Grosso do Sul para falar bobagens, seria melhor ter ficado em seu gabinete – disse

Juvêncio, citando editorial do jornal *Correio do Estado*, de Campo Grande (MS).

Ainda utilizando o editorial, o senador alertou para o atraso na implantação de obras que evitem a continuidade do processo de degradação ambiental no Pantanal.

O senador também lamentou que o potencial turístico da região não esteja sendo aproveitado. Ele recebeu o apoio dos senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Almeida Lima (PDT-SE), Magno Malta (PL-ES), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Maguito Vilela (PMDB-GO).

Maguito registra inauguração de TV na cidade de Porangatu

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) registrou em Plenário a inauguração da TV Rio de Ouro, com sede em Porangatu, no norte de Goiás. Maguito lembrou que essa é a sétima emissora, em seu estado, da Organização Jaime Câmara, que retransmite a programação da Rede Globo. Conforme o senador, serão alcançadas pela TV Rio de Ouro 180 mil pessoas, de 13 municípios.

Maguito afirmou que a Organização Jaime Câmara é uma das maiores "referências nacionais em termos de comunicação". Também destacou que, além das TVs, o grupo tem emissoras de rádio e jornais.

– A história da Organização Jaime Câmara se entrelaça com o desenvolvimento de Goiás – afirmou.



Ideli propõe voto de solidariedade a deputada

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) – foto – apresentou requerimento solicitando que o Senado ofereça voto de solidariedade à deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), que teria sido ofendida pelo deputado Jair Bolsonaro (PTB-RJ). A agressão, disse, foi verbal e física. O requerimento também teve as assinaturas das senadoras Ana Júlia Carepa (PT-PA), Patrícia Saboya (PPS-CE), Fátima Cleide (PT-RO) e Serys Silhessarenko (PT-MT).

O presidente José Sarney garantiu o encaminhamento imediato do requerimento para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



João Alberto é eleito presidente do Conselho de Ética

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) – foto – foi eleito ontem por unanimidade para presidir o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Foi escolhida uma nova mesa do órgão em decorrência da saída do senador Juvêncio da Fonseca (MS) do PMDB, partido que tem maioria no colegiado. Juvêncio, que era presidente do Conselho, passou para o PDT. A praxe é que o partido com o maior número de integrantes tenha direito à presidência. O conselho vinha sendo presidido pelo vice-presidente, Demostenes Torres (PFL-GO).

Por solicitação de João Alberto, relator de pedido de cassação do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), foi marcada reunião para a próxima terça-feira, dia 18.



CPI mista dos pardais eletrônicos é aprovada

■ Congresso deverá apurar denúncias de irregularidades na aplicação de multas no trânsito

Foi aprovado ontem, em sessão conjunta do Congresso Nacional, requerimento do senador Aelton Freitas (PL-MG) que cria comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) para investigar denúncias de irregularidades na aplicação de multas de infração de trânsito por meios eletrônicos, os chamados "pardais". A comissão já pode começar a funcionar a partir da indicação de seus integrantes.

A intenção do senador e do deputado Sandro Mabel (PL-GO), também autor da solicitação, é identificar possíveis fraudes ou irregularidades no sistema de aplicação desse tipo de multas, inclusive sobre a mon-



RECLAMAÇÕES Aelton Freitas diz que usuários questionam confiabilidade de equipamentos

tagem de uma "indústria de multas". A comissão de inquérito será formada por 13 senadores e 13 deputados e suplentes a serem escolhidos pelos líderes dos partidos na Câmara e no Senado.

Segundo Aelton Freitas, existem numerosas reclamações dos usuários das vias urbanas e de rodovias quanto à qualidade e confiabilidade dos equipa-

mentos utilizados para aferição das infrações de trânsito. Como a atividade é terceirizada e os motoristas identificaram coincidências no aumento do número de multas com o período de licenciamento dos veículos, apenas uma investigação mais aprofundada, na opinião do senador, poderá esclarecer o funcionamento do sistema.

– A partir de uma completa investigação de fatos e causas, poderemos fazer com que a atividade tenha maior transparência – avalia o senador.

CPI da Exploração

Os parlamentares presentes à sessão do Congresso também aprovaram requerimento da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) solicitando a prorrogação por seis meses dos trabalhos da CPI que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes, presidida pela senadora. Agora, a comissão tem até 30 de junho do ano que vem para apresentar seu relatório final.

Informações na carteira de habilitação

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) votou a favor da proposta que transforma em lei informações sobre o condutor, como o grupo sanguíneo, o fator RH e se é doador de órgãos, atualmente exigidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) na Carteira Nacional de Habilitação.



Serys: mudança facilita socorro a vítima de acidente

O parecer da senadora Serys Shlessarenko (PT-MT), favorável ao projeto de lei da Câmara (PLC nº 104/02), ressalta que, além de propiciar maiores garantias, a inclusão dessas exigências na lei facilita a captação de órgãos para transplantes e possibilita o aumento da eficiência do socorro às vítimas de acidentes. A proposta foi apoiada por Demostenes Torres (PFL-GO).



RIGOR Beto Albuquerque (D) e Inocêncio entregam a Sarney projeto que modifica o Código de Trânsito Brasileiro

Deputados pedem urgência para punição a embriaguez

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), vice-líder do governo, acompanhado do 1º vice-presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE). Os deputados trouxeram a Sarney os autógrafos do Projeto de Lei nº 735/03, de autoria de Albuquerque e já aprovado naquela Casa, solicitando urgência para sua tramitação no Senado.

O projeto modifica o Código de Trânsito Brasileiro para tornar mais rigoroso o controle do uso de bebidas alcoólicas entre condutores de veículos. Como a lei permite ao motorista recusar-se a realizar os testes que comprovam a embriaguez (exame de sangue ou "bafômetro"), o projeto reconhece como alternativas "notórios e incontestáveis sinais de embriaguez, atestados por provas testemunhais".



RACIONALIDADE Para Maciel, é importante que cidadãos conheçam direitos e deveres

Comissão buscará formas de consolidar todas as leis

Senadores e deputados reunidos em sessão do Congresso Nacional aprovaram ontem requerimento do senador Marco Maciel (PFL-PE) que cria comissão mista especial para estudar e propor medidas para promover a consolidação legislativa. A partir de agora os líderes partidários das duas Casas Legislativas já poderão fazer a indicação dos membros da nova comissão, que será formada por 11 senadores, 11 deputados e igual número de suplentes.

O colegiado terá até 15 de

dezembro de 2004 para estudar e propor medidas que melhorem o modelo de elaboração e de sistematização das leis do país. Antes de mais nada, explica Marco Maciel na justificativa de seu pedido, o grupo cuidará de levantar o extenso acervo legislativo do país, que, conforme observou, "tem sido apontado como elemento altamente complicador da vida nacional e fator de insegurança dos indivíduos em suas relações entre si ou com o Estado".

Após essa etapa, a comissão, que poderá ser auxiliada pela Secretaria de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), pela Universidade do Legislativo (Unilegis) e também por juristas renomados, deverá estudar mecanismos capazes de implementar racionalidade ao processo de feitura e de tratamento das leis.

Ao final dos trabalhos, um relatório com a avaliação da comissão sobre o quadro jurídico-legislativo será apresentado, assim como sugestões de alterações legislativas para consolidar a legislação.

– Cremos que, com esse esforço, dar-se-á importante passo para o aperfeiçoamento da democracia no país, assegurando aos cidadãos, com o mais pleno conhecimento das normas e de suas determinações, maior conscientização dos direitos e deveres de cada um – diz Maciel.

CCJ aceita mudança no quadro de pessoal do STF

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem alteração na estrutura do quadro de pessoal do Supremo Tribunal Federal (STF), transformando 71 cargos de auxiliar judiciário em 17 postos de analista judiciário e 14 de técnico judiciário. Os senadores também aprovaram o regime de urgência solicitado pelo relator, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), para apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 79/03 pelo Plenário.

De acordo com o parecer do relator, foi fundamental para o acolhimento do pleito encaminhado pelo STF o argumento de que os cargos de auxiliar judiciário encontram-se vagos desde sua criação, por não ter sido realizado concurso público para seu preenchimento.

Ex-secretário de Segurança deve esclarecer denúncias

Foram aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, requerimentos de Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Jorge (PFL-PE) convidando o ex-secretário nacional de Segurança Pública Luiz Eduardo Soares para prestar esclarecimentos sobre os fatos denunciados por ele no programa *Roda Viva*, da TV Cultura, e em entrevistas à *Folha de S. Paulo*.

A CCJ aprovou ainda requerimento de Paulo Octávio (PFL-DF) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) determinando audiência para instruir o Projeto de Lei nº 294/03, que trata da venda direta de lotes de terrenos da União por interesse social aos ocupantes de boa fé. Deverá ser ouvido o secretário interino de Patrimônio da União, Elvino Lima.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Mão Santa e Hélio Costa e pela senadora Serys Shlessarenko